



Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons 4.0. Com essa licença você pode compartilhar e/ou adaptar o material para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indique se foram feitas alterações.

ARTIGO

Trilhas para uma perspectiva decolonial da memória

Carlos Eduardo Silva Feitosa

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2156-656X>

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1343-9341>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.22086645>

Resumo:

O presente artigo, derivado de uma pesquisa cartográfica sobre a memória de participantes de um coletivo de luta antimanicomial - a Associação Potiguar PLURAL da cidade de Natal, busca, na perspectiva decolonial, pensar a memória e seus usos a partir de referenciais teóricos que escapem da colonialidade. Durante o decurso do acompanhamento das ações políticas do coletivo, a dimensão do controle político sobre uma história única tensionou a aproximação acadêmica com outros referenciais teóricos pela perspectiva da diferença e da insubordinação epistemológica de modelos de saber dentro da ciência. A partir desse encontro com autores e olhares diversos, duas trilhas se abriram para pensar o campo da memória: a das relações de fronteiras entre saberes e posições de desobediência, e a ação da memória como uma prática crítica à colonialidade. Tais trilhas nos ajudaram a pensar a memória como objeto de produção de resistência dentro de espaços políticos de apagamento das histórias e sua potência enquanto posição de insubordinação às dominações.

Palavras-chave: Memória; Perspectiva Decolonial; Conhecimento; Psicologia Social; Produção de Resistência.

Paths for a decolonial perspective of memory

Abstract:

This article, derived from cartographic research on the memory of participants in the anti-asylum struggle collective - Associação Potiguar PLURAL in the city of Natal seeks, from a decolonial perspective, to reflect on memory and its uses based on theoretical frameworks that escapes the coloniality. Throughout the accompaniment of the collective's political actions, the dimension of political control over a single history tensioned the academic engagement with other theoretical frameworks, based on the perspective of difference and the epistemological insubordination of knowledge models within science. From this encounter with diverse authors and perspectives, two paths opened up for reflecting on the field of memory: one based on border relations between knowledges and positions of disobedience, and the other on the action of memory as a critical practice in relation to coloniality. Such paths helped us to understand memory as an object of resistance production within political spaces of the erasure of histories, and its potency as a position of insubordination against dominations.

Keywords: Memory; Decolonial Perspective; Knowledge; Social Psychology; Resistance Production.

Abrindo veredas

A memória é um campo de estudo que atravessa as mais diferentes disciplinas, cada uma trazendo suas próprias perspectivas, na busca para compreender como e por que lembramos. Objeto polissêmico, na história, a memória é frequentemente vista como um registro do passado, mas também como um campo de batalha onde diferentes narrativas competem por legitimidade.

Atualmente, o debate sobre a memória como campo conceitual ainda é tomado majoritariamente pelo pensamento ocidental com seus cânones. Na tradição filosófica, pode-se enveredar pela concepção platônica da memória em seu caráter ontológico como reminiscência, na qual a alma recupera o conhecimento das experiências terrenas; passando pelo rompimento aristotélico com o dualismo platônico ao propor uma dimensão essencialmente física da recordação; até as contribuições de Spinoza e Hume sobre a dimensão associativa da memória; a memória como objetivação do espírito hegeliano, ou ainda a contribuição bergsoniana sobre o tempo, o corpo a memória e a realidade objetiva (Chauí, 2000; Abbagnano, 2007). Em desdobramentos sociológicos, temos a concepção de uma memória social em Halbwachs (1990) com o

estabelecimento de uma vertente de pensamento que toma a memória quase com um desenvolvimento linear de um pensamento eminentemente ocidental, dialogando pouco ou nada com perspectivas dissidentes do pensamento europeu.

Essa perspectiva linear coaduna com a observação que Walter Benjamin (2012) faz em suas teses sobre o conceito de história, na qual a história hegemônica se dá por meio do avanço das batalhas, que subjagam as histórias menores dos vencidos, deixando-as sem registro. Dessa forma, segundo Benjamin (2012), se produz uma tradição que universaliza o saber dos vencedores e relega ao assujeitamento e ao esquecimento os saberes dos vencidos, encontrando sua mais perfeita tradução nos próprios processos de colonização europeus.

Como nos aponta Gondar (2005), enquanto objeto de pesquisa, a memória apresenta-se entre diversos campos de saberes, sem que seja objeto exclusivo de nenhum. Mostra-se também fruto de constantes construções e fruto do cruzamento e dos embates de diferentes disciplinas, demandando posicionamento ético e crítico, historicizado, entendendo que, em torno deste tema, temos um campo de disputa onde diferentes saberes, instituições e grupos sociais lutam pelo reconhecimento e pela preservação de suas histórias. Tomamos, assim, a memória não como repositório passivo do passado, mas um campo dinâmico de afirmação e negociação com o presente e o futuro por vir.

Dessa forma, a memória constitui-se, nessa perspectiva, como um entrelugar marcado pelo cruzamento de saberes, experiências e temporalidades, no qual se produzem diferentes trilhas de interpretação e resistência. É nesse movimento que a memória nos convoca a pensar as fronteiras entre saberes, as posições de desobediência e sua própria potência enquanto prática crítica frente à colonialidade.

A cartografia, que embasa a abertura dessas trilhas de estudo da memória, deriva de uma pesquisa-intervenção com um coletivo de luta antimanicomial, a Associação Potiguar PLURAL, composta por usuários da RAPS, seus familiares, trabalhadores, alunos e pesquisadores. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2020-2024 na cidade de Natal. Durante o processo de produção e acompanhamento deste

coletivo, a memória e as narrativas de vida de pessoas atravessadas pelo signo da loucura se mostraram armas políticas de enfrentamento e tensionamento político, por meio da sua atuação como movimento social na defesa de pautas antimanicomiais, antirracistas, anticapacitistas, entre outras.

Os atravessamentos decorrentes desse contato com o coletivo passaram a produzir questionamentos dentro do próprio processo de pesquisa a partir da produção de saberes outros que tensionaram a produção de conhecimento estabelecida por cânones na academia e que se mostraram insuficientes para um diálogo com a perspectiva de memória que o coletivo nos fazia pensar, exigindo leituras alternativas à versão linear e essencialista da memória, a partir da territorialidade e da imanência das vidas que se afirmam politicamente e demandam voz própria, contra uma história única.

O desenvolvimento de uma cartografia da memória a partir do encontro com pessoas atravessadas pelo signo da loucura e pela racialidade, pela desigualdade social e por processos de institucionalização e violência, que marcam historicamente os corpos negros e pobres no Brasil, produziu diversos questionamentos sobre o trabalho com estas memórias e relatos. Dentro da pesquisa-intervenção, o método cartográfico apreende a complexidade, rastreia o plano de forças que compõe a realidade, problematizando este campo, pondo em constante atualização a relação entre sujeito e objeto de pesquisa. Como nos aponta Barros (2007, p. 232),

na pesquisa-intervenção, sujeito e objeto, pesquisador e campo de pesquisa, se criam ao mesmo tempo. A relação que se estabelece é da ordem da imanência. As práticas produzem os objetos assim como produzem políticas de subjetivação. Produzem-se objetos e sujeitos pelo agenciamento dos fluxos. Não há determinação causal de um sobre o outro.

Por meio do método cartográfico, a partir de um processo de mapeamento intensivo do território, nos deparamos com processos de dominação, que nos remetem à colonialidade do saber e do poder (Maldonado-Torres, 2007), ao escutar os relatos de pessoas sobreviventes aos processos manicomiais de internamento no Brasil. Percebemos como relatos de processos manicomiais e de violências institucionais, ao mesmo tempo que são efeitos dos processos “manicolonização” (David, Vicentin,

Schuman, 2024), não escapam ao silenciamento produzido historicamente por um certo “padrão de poder” colonial, nos termos que Maldonado-Torres (2007) nos apresenta:

um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas que ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, refere-se a forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, mesmo que o colonialismo preceda à colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. A mesma se mantém viva nos manuais de aprendizagem, no critério para um bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna. Em um sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131, tradução nossa).

Dentro da perspectiva crítica, não-extrativista e imanente de afirmação da vida deste método de pesquisa (Barros, 2007; Kirst et al., 2003), a produção de tensionamento sobre as relações de poder e saber dentro do próprio processo de pesquisa nos aproximou de outras perspectivas de pensamento que procuramos trazer no presente texto.

Essas perspectivas nos chegaram por várias entradas: desde o tensionamento dentro do próprio território de pesquisa à proposição de encontros com autores e textos que dialogassem com a realidade latino-americana e a preocupação em se afirmar memórias e histórias esquecidas e silenciadas pelos processos coloniais em nossa região.

Encontramos, na participação com o coletivo, um imperativo de que suas histórias não fossem esquecidas, de que a passagem por instituições manicomiais e as mortes não eclipsassem a memória dos que se foram e dos que ainda vivem e lutam por direitos. A morte de membros do coletivo e o processo de luto por alguns deles ativaram um trabalho sobre a memória e a importância disso dentro da militância e do campo político dos Direitos Humanos em nosso país.

Tal proposição contribuiu para a produção coletiva de ferramentas de pesquisa sensíveis aos processos de memória, como o uso de diários cartográficos, o registro da participação direta nas ações políticas do coletivo por meio de gravações em vídeo, a

produção de cartas, a produção de documentos de registro da realização de reuniões e assembleias e a produção de diários cartográficos das afetações que permitiram análises de implicação coletivas (Lourau, 2004).

Essas ferramentas permitiram situar a pesquisa em um tempo-espaço historicizado, articulando diferentes temporalidades de escrita e sua implicação (Moraes, 2006; Trevizani, 2019). Ferramentas que surgiram no próprio campo de pesquisa a partir dos encontros e da experiência dos membros do coletivo, como no trecho da seguinte carta produzida nesse processo:

[O mestre de cerimônias] é profeta, faz rezas, traz lembranças de pessoas já idas, dá conselhos e alertas que não devem ser ignorados. É apegado a Santo Antônio e pede proteção para os seus. “Nosso profeta Gentileza”, me dizia Aninha, lembrando dele, vindo a receber uma ligação dele logo após dizer seu nome. [Ele] deixa cartas pela cidade. Onde encontra papel, caneta e um conhecido, produz uma carta-mensagem e escolhe um destinatário ao qual esse amigo deve entregar a carta. É comum, ao chegar para o encontro da base de pesquisa, ser interpelado pela pessoa da recepção [...] ou por algum outro colega que nos chama e diz: “Ei, [o mestre de cerimônias] esteve aqui e deixou uma carta pra você. Deixei na sala da sua base de pesquisa”, ou “[Ele] escreveu uns bilhetes pra você pegar lá no Centro de Convivência”. E as danadas das cartas sempre chegam ao destinatário (FEITOSA, 2024, p. 179).

Experiências como essa de me comunicar por cartas com alguns membros do coletivo possibilitaram a criação de um campo de afetações e produção de subjetividades em torno de uma memória que pudesse ser transmitida. Da mesma forma a produção de registros a partir de filmagens, fotografias e do próprio diário cartográfico, proporcionaram formas de escrituras que tomam o tempo em sua diferença (antes, durante e depois) em um processo de constante atualização das virtualidades que o campo de pesquisa produz no próprio corpo do pesquisador, produzindo uma relação espiralar com o tempo em que as memórias vão e vêm a cada encontro e a cada vez produzem diferentes conexões de sentido.

Assim, o próprio processo da pesquisa nos aproximou de uma memória que não pode ser tomada como uma forma definitiva, objeto de uma única apropriação, nem de forma linear e cronológica, mas justamente a experiência de uma memória feita daquilo

que nos escapa e retorna para escapar novamente e, assim, não cessa de ser transformada (Gagnebin, 2014). Da mesma forma, afirmar uma memória em transformação requer a afirmação de um posicionamento político, ético e crítico na produção coletiva de um objeto que, como nos aponta o próprio método cartográfico, ao mesmo tempo produz seus sujeitos.

Procuramos articular as inquietações trazidas pelo campo e pelos movimentos do coletivo a partir do encontro de diferentes perspectivas que não partissem de uma afirmação única de uma memória e pudessem mobilizar a reflexão de diferentes saberes, sem negá-los, mas produzindo um diálogo possível. As referências trazidas no presente artigo foram efeitos do próprio percurso de pesquisa com o coletivo, em que buscamos, em autores latino-americanos, referências para uma crítica à colonialidade que possibilitassem um encontro em fronteira com o pensamento ocidental. A contribuição da crítica decolonial e a dos saberes locais mostraram-se muito importantes para a produção de linhas que pudessem ajudar a produzir uma reflexão e produção sobre a memória. Da mesma forma, a reflexão teórica trazida neste artigo só pode ser tomada na relação com a própria produção coletiva da pesquisa, que se presentifica nos trechos de cartas produzidas apresentados no texto.

Pensar o campo de disputas sobre a memória pede que possamos colocar em perspectiva a luta histórica e política em torno dos diversos saberes, que atravessam processos históricos de dominação e colonização, assim como de apagamento de perspectivas diversas dos territórios tradicionais. Trazer esse debate em âmbito acadêmico também se apresenta como uma continuidade desse embate histórico, por meio de processos de resistência que buscam, na afirmação dos saberes locais, não sobrepujar e anular o *cânone* de um pensamento ocidental acadêmico, mas numa tentativa de pensar a memória por outras lentes divergentes do olhar ocidental, não por uma oposição dualista do olhar, mas pela ideia da diferença. Tal ideia de diferença nos permite a devolução de uma imagem de nós mesmos que não reconhecemos, de forma que a experiência do encontro com uma outra perspectiva ocasiona um encontro diferente com nossa própria cultura (Viveiros de Castro, 2018).

Esse processo de encontro com a diferença também se mostra como potência de transformação dentro do próprio campo de pesquisa, formado por diferentes interesses institucionais, que historicamente reificam um pensamento filosófico ocidental, mas que, por meio dos diferentes encontros dentro da academia, possibilita se estranhar e se reconhecer por outras lentes. Assim, novas possibilidades de uma ação-pensamento mostram-se com trilhas a partir da abertura de veredas pelo encontro com os saberes locais, nas produções artísticas coletivas de pessoas historicamente marcadas pelas violências institucionais sobre seus corpos, na aliança com pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com os efeitos políticos e sociais da produção de conhecimento.

As trilhas que apontamos e buscamos percorrer apresentam-se como um caminho possível pelo encontro com outros saberes. Elas não são percorridas solitariamente, mas se repartem e se derivam infinitamente, agregando mais personagens e saberes. O saber aqui assume o lugar de uma multiplicidade de diferenças que se aproximam e divergem, sem a pretensão de unidade, mas na afirmação da diferença, tal qual encontramos no coletivo de luta antimanicomial que produziu essa inquietação teórica, onde saber e loucura dialogam e produzem efeitos dentro do próprio âmbito acadêmico de uma pesquisa-intervenção.

A partir do perspectivismo ameríndio, Viveiros de Castro (2018), em sua reflexão sobre a antropologia como uma disciplina que permite um outramento, abre um campo de questionamento que toca outras disciplinas e as convoca a se comprometerem com um projeto de ciência que possa subverter, efetuar torções nas posições daqueles que historicamente foram colocados no lugar de objeto e permitir que o pensamento produzido por estes possa se tornar a força motriz da própria disciplina. Da mesma forma que podemos clamar por uma antropologia das multiplicidades, assim podemos também pedir por uma psicologia e uma filosofia das multiplicidades dissidentes.

Procuramos efetuar um duplo percurso, como nos propõe Viveiros de Castro (2018), de pensar o tensionamento de uma leitura cruzada dos saberes acadêmicos com os saberes tradicionais, ancestrais, que permitam um movimento antropofágico de

conhecimentos, numa proposta perspectivista parceira de programas filosóficos que propõem mundos possíveis. É nesse lugar da encruzilhada que procuramos trazer a dimensão da memória, a partir de uma crítica à colonialidade e feita de referências desviantes, na encruza de duas trilhas que se abrem para nós.

Trilha 1: Pensamento, fronteira e desobediência

A leitura eurocentrada sobre o objeto memória mostra que tal objeto atravessa as dimensões do tempo, do espaço geográfico e econômico, dos aspectos históricos, relacionais, linguísticos, e tantas outras dimensões. Porém, o tema da memória, por ser constitutivamente uma matéria desviante, ramificada e produtora de pensamentos diversos, mostra que, ao contrário dessa temática que abarca diferentes dimensões sem pretensão de pertencer a nenhuma área, a episteme eurocentrada que sustenta sua reflexão ignora estar, ela mesma, inserida nas mesmas dimensões que impõe ao seu “objeto” de estudo.

Mignolo e Veiga (2021) trazem que essa perspectiva totalizante ignora a dimensão geopolítica de produção de saber e poder, operando como um arbítrio definidor de quem produz conhecimento, suas condições de produção e de enunciação. Essa posição produz hierarquias de saber, numa classificação que subalterniza produções oriundas de línguas que não sejam o grego, o latim ou as seis línguas europeias modernas (Mignolo, 2017), ou se alicerçam em cosmovisões que desviam de um determinado processo histórico de progresso universalizante europeu. Vemos, assim, operar um mesmo molde colonial de dominação do saber, que exerce uma imposição de poder que violenta e subjuga outras formas possíveis de pensamento e percepções de mundo, de forma que não podemos falar de produção de saber sem falar do processo de colonialidade.

Podemos ver, nessa proposição, o mesmo molde colonial que opera movimentos manicomiais de controle e dominação sobre os corpos desviantes, loucos, pauperizados, indesejáveis para o modo de produção capitalista. Nessa perspectiva a dominação do saber impõe uma dominação não só sobre outras formas de saber, mas sobre outras

formas de ser que compreendem a própria “desrazão” da loucura, tomando a produção de uma existência pautada pela diferença radical, algo a ser encarcerado.

[O escultor] passava meses fora de casa, viajando a trabalho, ele dizia: *“Para a empresa eu era um animal, eu dava lucro”, “Eu era um péssimo pai, não levava minha filha à praia, à escola, ao shopping. É que as empresas me sugavam muito, me davam uma visão de bens materiais, de dinheiro, você ficava circulando de dinheiro”*. Homem-máquina, animal de produção de lucro, provedor ausente, são significantes trazidos em sua fala de forma corriqueira. Mas as máquinas quebram, o animal adoece e a empresa segue seu lucro a despeito das peças corroídas e das carcaças abandonadas. Seu ponto de ruptura foi [o acidente]. [...] Lá se foram os dias de internamento, o medo, a fome e a despersonalização que ele encontrou na instituição. No hospital [psiquiátrico] *“as coisas melhoraram quando aprendi a ficar calado”, “eu tomava 16 comprimidos”*. [...] Aprendeu a se calar. Calado, silenciava a vontade de assistir algum programa na tv que ficava ligada somente no canal que o “guarda” queria. Calado, sufocava o desejo por comer algo diferente da comida que era servida no hospital (FEITOSA, 2024, pp. 160-161, grifo do autor).

O trecho da carta acima ilustra o destino dos corpos que não servem a um modo de produção capitalista. Tal relato não é muito diferente do que encontramos historicamente nas formas de dominação colonial e na imposição de uma existência, de tal forma ligada ao trabalho que, na impossibilidade de executá-lo, só resta seu descarte em um cemitério dos vivos.

Assim, não podemos propor uma aproximação de uma perspectiva decolonial da memória, sem antes esclarecer as relações de poder em jogo para sua afirmação. A impressão tida de uma linearidade e progresso do pensamento, ainda é a expressão de um processo específico de produção de conhecimento, por meio de uma reflexão lógica que se impõe universalmente diante de outras possibilidades, não de visão, mas de “sensibilidade do mundo” (MIGNOLO, 2017, p. 20). De certa forma, a primeira tese de Walter Benjamin (2012), marxista histórico que traz o debate sobre a memória, em suas teses sobre o conceito de história, parece prenunciar um certo incômodo a respeito desse encontro com uma lógica do “sensível”, ao abordar a relação paradoxal de um

“materialismo histórico” com a teologia (Löwy, 2005)¹. Nessa alegoria, o “materialismo histórico”, ao ignorar a contribuição da teologia (uma certa sensibilidade de mundo divergente), mostra-se um caminho mecânico fadado a não se realizar. A partir dessa crítica, naquilo que dialoga com uma proposta decolonial de afirmação da diferença e da produção de encontros e fluxos com cosmovisões diferentes, afirmamos aqui uma posição na qual o conhecimento deve ser produzido no lugar de fronteira.

Bispo dos Santos (2023) caracteriza o pensamento fronteiriço como oposição ao pensamento binário humanístico, sem a tentativa de suplantá-lo, mas de estabelecer com ele, diálogos de fronteira. Fronteira, aqui, não assume a rigidez estática de um limite conceitual predeterminado, mas reivindica um lugar semântico geográfico, político, histórico, temporal, movediço. Nesse sentido, a fronteira é território vivo de

Habitar a fronteira também se mostra como processo de resistência à assimilação e dominação. Mignolo (2017) aborda a fronteira do ponto de vista epistemológico e ontológico, ao pontuar que nossos corpos (colocados nesse lugar de “outro” pelo colonizador) habitam essa fronteira, se subjetivam nela e produzem a partir desse lugar, uma vez que “nossos sentidos foram treinados pela vida para perceber nossa diferença, ... que não formamos parte ... da esfera de quem nos olha com seus olhos como *anthropos*, como ‘outro’” (MIGNOLO, 2017, p. 21). Assim, esse lugar que habitamos acaba por pedir que sejamos desobedientes epistemologicamente. Porém essa “desobediência epistêmica” (Mignolo, 2017) (própria do pensamento fronteiriço, que pensa uma exterioridade) não passa incólume no campo acadêmico hegemônico, exigindo um rigor em sua produção, que em nada deve à produção do saber ocidental.

Invocamos aqui a desobediência epistemológica ao propor uma aproximação da memória que faça jus a outras cosmovisões, na possibilidade de que esse contato com a diferença do pensamento possa também provocar a própria criação de diferenças dentro do pensamento estabelecido. A desobediência estaria, assim, a serviço de uma aproximação, uma vez que o que se nega aqui não é a existência do saber hegemônico,

¹ É necessário pontuar que, segundo Löwy (2005), o uso das aspas em “materialismo histórico” sugere uma crítica de Benjamin a um falso materialismo histórico, usado de forma mecânica, que seria incapaz de levar à vitória do proletariado por prescindir da ajuda da teologia.

mas sim a submissão hierárquica de um saber sobre o outro, o estabelecimento de relações políticas e dialógicas entre saberes.

Nesse sentido, nos aproximamos de Walter Benjamin (2012) ao pensar a narração e sua relação com a memória, como via privilegiada da transmissão da experiência, uma vez que o narrador recorre não só à própria experiência, mas às que lhe foram contadas por outros, costurando às experiências de seus ouvintes o relato que transmite. Um elemento importante nesse processo é que, diferente do que encontramos nas comunicações informativas, o narrador não busca explicar aquilo que relata, não faz parte de seu testemunho a produção de um significado único, deixando aos ouvintes a interpretação e as lições que lhes couberem. Essa postura é o que permite intercambiar experiências entre aquele que narra e aquele que ouve.

Essa definição parece produzir eco no relato de Bruce Albert sobre Davi Kopenawa:

Em primeiro lugar, para além de suas reflexões e lembranças pessoais, suas palavras se referem constantemente aos valores e à história de seu povo, e nos são transmitidas enquanto tais. Nesse caso, o “eu” narrador é indissociável de um “nós” da tradição e da memória do grupo ao qual ele quer dar voz. Portanto, o que ouvimos é um “eu” coletivo tornado autoetnógrafo, movido pelo desejo ao mesmo tempo intelectual, estético e político de revelar o saber cosmológico e a história trágica dos seus aos brancos dispostos a escutá-lo (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 539).

Entendemos que a própria narração nega uma apropriação única daquilo que é transmitido, pois o tempo presente falha cabalmente na sua tentativa de apropriação do passado como um todo. Nesse sentido, podemos entender que a narração se dá sempre em uma relação dialógica, de construção mútua entre narrador e ouvinte, independente do meio em que esta narração se dê, uma vez que “Quem escuta uma história está na companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia” (BENJAMIN, 2012, p. 231).

Assim, a própria narração e sua transmissão oral ou escrita podem produzir outras relações com o mundo, como no seguinte trecho de carta, produzida a partir da narração de um dos membros do coletivo de luta antimanicomial que nos provoca à

escrita deste artigo:

[O campeão] olhava para mim, fitando meus olhos e não a câmera que lhe registrava a imagem. Ele falava de uma Natal ainda tomada pela areia das dunas, que se estendiam de Ponta Negra até quase o bairro de Mirassol. “Eu trabalhava como cobrador de ônibus, nessa época”. “Sou de família de caboclo, dos encantados da floresta”, falava em tom de confiança, com a voz quase gutural e olhos vivos, enquanto passava o dedo em seu braço, destacando a cor de sua pele. “Também sou descendente de terríveis piratas antigos”, reivindicando origem bucaneira e florestal, um entre-lugar entre o encanto e a pilhagem. Caboclo das matas e reisados, morador das margens da maré onde encontra cobras nas cheias, conta que nunca foi criança e que, somente na avançada idade, aprendera a brincar. [...] Ele é corredor, maratonista tardio. Nos mostra as medalhas dos pódios que alcança [...] “Eu sou doente mental, tenho *pilepsia*” [...] Seus pés percorrem as ruas asfaltadas, bloqueadas ao tráfego nas competições que participa e seu corpo toma o lugar dos carros, correndo entre dunas e prédios. Faz muito sol, mas a superfície de bronze polido do seu corpo reflete os raios. Os ventos de Natal empurram seu corpo magro. Se chove, as gotas o atravessam. Fantasio sua corrida como se a natureza reivindicasse seu direito a percorrer as ruas. Penso no mistério do seu caminhar (FEITOSA, 2024, pp. 153-154).

Trazendo a dimensão da narratividade em composição com uma desobediência, podemos afirmar o uso de ferramentas que escapam à lógica mercadológica de uma produção de saber, como esse ofertado pelo personagem dessa carta a partir de suas ancestralidades. Ailton Krenak aponta que as inovações do conhecimento são capturadas pela máquina capitalística e transformadas em mercadoria, a exemplo dos “laboratórios [que] planejam com antecedência a publicação das descobertas em função dos mercados que eles próprios configuram para esses aparatos” (2019, pp. 30-31). Como evitar essa captura? Será possível operar efeitos desta desobediência epistemológica? Talvez não seja bem o caso de se evitar. Sustentar um pensamento fronteiriço é justamente se contaminar com aquilo que nos é estranho e produzir desse lugar de estranhamento, porém, sem que essa produção se transforme em mercadoria esvaziada de potência.

A forma de produção de saberes em fronteira permite, por meio da desobediência, a subversão do que o lado hegemônico tenta impor como regra:

Se alguém me pergunta se nossos livros estão chegando aos quilombos, respondo que eles não são feitos para os quilombos, eles

saíram dos quilombos e tem que chegar aos Alphavilles! Chegar às universidades e aos shoppings. No quilombo, somos da oralidade [...] (BISPO DOS SANTOS, 2023, pp. 68-69).

Usar os objetos de mercado como estratégia para os saberes tradicionais chegarem aos lugares de colonialidade mostra-se como uma possibilidade de operar desobediências epistêmicas, transformando as próprias armas do inimigo colonizador. Contaminar o outro para além da fronteira, promovendo o alargamento deste território, porém com potencialidades e riscos de capturas ainda presentes. Indo ao encontro da crítica de Krenak (1992), sobre as toneladas de livros, arquivos, museus e acervos que guardam o que se chama de memória da humanidade, cabe pensar como o acesso aos saberes tradicionais tensiona a ideia de qual humanidade é essa que precisa depositar sua memória-objeto em caixas e paredes fechadas. A subversão das palavras de Bispo dos Santos propõe um convite ao encontro com o outro, na possibilidade de um caminho do livro à oralidade, da oralidade à tradição, da tradição ao sonho.

A ideia de contaminação traz aqui também as raízes colonizadoras das mortes pelos conquistadores ao chegarem ao “novo mundo”. Contágio que operou por epidemia de pessoas que não se relacionam, que fez populações originárias inteiras perecerem (Krenak, 2019; Bispo Dos Santos, 2023). A contaminação que propomos aqui não tem um caráter menos avassalador, porém no que se propõe ao afirmar existências e não as dizimar. Uma contaminação, como nos propõe Baptista (2024), cujos anticorpos produzidos não nos imunizam aos perigos da vida, que desacomode o sujeito em direção à diferença, profanando relações e percepções estabelecidas pela distância imunizante do contato com o outro.

O efeito poético/estético desse convite ao contágio, do qual algo novo e ancestral se produz ao mesmo tempo, não deve ser confundido com uma recusa ao rigor, ou a uma proposta mágica de um subjetivismo árido, desconexo de saber. O exercício de se procurar outras formas de escrita busca lidar com a complexidade gerada pela perspectiva de uma leitura descentralizada do Norte que, como reflete Melken (2014) a respeito da relação da modernidade e da decolonialidade, abarca as mais

diferentes formas de relação com o mundo, assim como diferentes formas de pensar, sentir e estar, vindas de outras “geo-genealogias”.

Aqui a produção de conhecimento encontra as dimensões políticas, históricas, de forma e dominação, trazendo uma análise crítica que põe em cena a produção de um saber “universal” que, na realidade concreta e não só abstrata, aniquila a diferença.

A crítica decolonial não é, pois, uma crítica metateórica que busca sua validação na crítica à razão instrumental, na dialética do capitalismo, ou em uma anteposição de uma filosofia da diferença em relação à metafísica moderna². A crítica decolonial encontra sua certeza nas experiências de marginalização e opressão vividas sob o jugo do sistema moderno-colonial. A colonialidade não se sustenta em uma dialética abstrata em relação à modernidade, mas sim na experiência vivida historicamente pelos oprimidos. A colonialidade não é mera abstração, não é uma simples dialética em relação à modernidade. É o conjunto de práticas e formas historicamente concretas de exclusão exercidas pelo projeto moderno/colonial. Da mesma forma, a ‘exterioridade’ da modernidade não é somente ‘a alteridade abstrata ou imaginada’ da identidade moderna. É, por um lado, a expulsão do não-civilizado, o não-desenvolvido, a não humanidade, o empobrecimento e a extração. Por outro lado, é onde se rememora, se vive e floresce outras formas de ser, de estar, de recordar e de habitar o mundo (MELKEN, 2014, pp. 175-176, tradução nossa).

Há aqui o reconhecimento do limite da modernidade, de suas ferramentas e formas de produção, em oposição à ideia de universalização inesgotável de uma forma de produção de saber. Esse limite encontra fronteira justamente com a exterioridade negada, que opera forças de produção outras, em oposição a uma produção, ao mesmo tempo, totalizante e excludente. Cabe aqui destacar o papel da memória como força tensionadora dessa fronteira, por meio da coletivização da rememoração, da afirmação de formas outras de existência e de afetações que escapam ao controle universal do projeto político moderno.

² O termo modernidade, aqui, é tratado pelo autor de forma ampla, sem adjetivos e prefixos por ser “o nome que o projeto histórico que o ocidente deu a si mesmo” (Melken, 2014, p.173. Tradução nossa.). Embora tenha diferentes formas de expressão, mantém-se aqui sua “vocação” totalizante, para a realização da crítica do presente texto.

Trilha 2: Memória como uma prática contracolonialista

Nós estamos em guerra. Eu não sei por que você está me olhando com essa cara tão simpática. Estamos em guerra. Seu mundo e meu mundo tão em guerra.

Ailton Krenak (2019)³

Rompi tratados, trai os ritos/ Quebrei a lança, lancei no espaço/ Um grito, um desabafo /E o que me importa é não estar vencido/ Minha vida, meus mortos/ Meus caminhos tortos/ Meu sangue latino/ Minh'alma cativa.

João Ricardo e Paulo Mendonça (1975)⁴

Estamos em guerra. Guerra cujas fronteiras mostram-se cada vez mais movediças. “Guerras da Colonização”, como afirma Bispo dos Santos (2015, p. 47), onde estão em disputa forças colonizadoras e contracolonzadoras. A colonização é entendida por ele como a composição de “[...] todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra” (p. 47-48). Já a contra colonização seria a composição de “[...] todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (p. 48). Procuramos, com esses conceitos, pensar formas de enfrentamento por meio da afirmação de memórias e histórias negadas, na perspectiva de produção de uma “máquina de guerra” (Deleuze; Guattari, 1997) que opere por meio de fronteiras e enfrentamentos amplos (epistemológicos, políticos, territoriais, estratégicos) na exterioridade dos Estados em suas colonialidades.

Lembremos também que tais enfrentamentos não se dão somente no campo das ideias e dos conceitos, mas também no embate direto com o inimigo, como no presente trecho de carta:

[O campeão] foi um dos fundadores do Coletivo de luta antimanicomial PLURAL, em um CAPS de Natal, junto com técnicos, familiares e profissionais da saúde mental. [Ele] também é membro do

³ Fala antológica, retirada de uma entrevista do primeiro episódio do documentário “Guerras do Brasil.DOC”, dirigido por Luiz Bolognesi, com roteiro de Felipe Milanez e Luiz Bolognesi. Produção: Buriti Filmes Co-Produção: EBC / TV Brasil, 2019.

⁴ Trecho da letra de “Sangue Latino”, da banda Secos e Molhados, eternizada na voz de Ney Matogrosso.

Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura do RN [...]. Em uma das inspeções do Comitê a um velho manicômio particular de Natal [...] relataram um embate com a direção do hospital. A propósito dessa inspeção, questionaram a coordenação (na figura do psiquiatra, diretor do hospital, e conhecido dele em internações neste e em outros manicômios) sobre as mortes recentes ocorridas na ala psiquiátrica, ao que a coordenação disse desconhecer as causas por não estar de posse dos relatórios das causas. Seguiu-se uma cena interessante: na sala do hospital, com a equipe médico-administrativa do estabelecimento, estavam os membros do comitê [...] [O Campeão], com sua audácia, diante da recusa do diretor em responder seus questionamentos, abordou o histórico de violações de direito que ele mesmo sofrera naquele hospital e dos quais fora testemunha, como o uso do eletrochoque enquanto forma de tortura. Nesse momento o diretor dirigiu-se a ele (em uma das poucas vezes que, ao que pareceu, se deu ao trabalho de responder um senhor idoso e negro, com pouca escolaridade), negando veementemente as práticas alegadas [pelo Campeão] em seus 40 anos de prática médica naquele hospital, ao que [o Campeão] retrucou que ele já havia sido internado naquele espaço, muito antes do diretor vir a ser médico e que ele era “muito mais antigo naquele hospital” e que afirmava, com firmeza, que havia tido sim prática de torturas e uso de eletrochoque. [...] Imagino a tensão e os olhares para a audácia do ex-interno, agora em posição de inspetor pelo Comitê de combate à tortura, interpelando o médico, que se vê obrigado a tratá-lo como igual (FEITOSA, 2024, pp. 156-157).

Dentro das possibilidades de ações contra colonizadoras, trazidas por Bispo dos Santos (territoriais, religiosas, comunitárias, etc.), nos lançamos a pensar com outros autores sobre a memória, em especial as memórias infames, profanas, descartáveis, menores, fragmentárias, negadas, como forma de produzir resistências e afirmar vidas e histórias negadas historicamente, por meio de um posicionamento crítico que busque escapar ao dualismo maniqueísta e permaneça em fronteira, expandindo-a.

Nessa guerra de fronteira, onde corpos, instituições e forças se fazem presentes, procuramos pensar com Michel de Certeau (1998) o conceito de táticas e estratégias aplicadas a esse campo de batalha. Tomemos esse território fronteiriço como espaço de produção cotidiana atravessada pelas mais diversas forças e instituições, que operam uma temporalidade de transformação dentro de um contexto colonial de disputa de território. As práticas cotidianas produzidas nesse território trazem a reconstrução da realidade a partir da vida ordinária atravessada pelas forças de opressão que transpassa

cada sujeito ordinário⁵ individualmente, em uma relação de produção de si e do próprio cotidiano que se apresenta ao outro que compartilha do território. Como pontua Pereira (2006), enquanto as estratégias se apresentam como formas objetivas do uso do poder, direcionado a um alvo específico, na manipulação e produção de um Outro, as táticas se mostram como o uso astuto do poder invisibilizado do “fraco”, no campo de batalha inimigo.

As táticas privilegiam o tempo e as circunstâncias, capazes de favorecer uma mudança na situação de quem está em posição desfavorável nas relações de poder: cria surpresas e simulações, opera através de astúcias, de manobras polimórficas, de achados e acasos, a partir dos seus interesses, dos seus desejos e das regras que consegue driblar, mudar ou criar em determinada situação. São gestos hábeis que escapam ao controle e representam um contra-poder do oprimido, capazes de lhe conferir vitórias, ainda que frágeis e momentâneas. A tática opera golpe por golpe, lance por lance, aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios. Sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz, comandada pelos acasos do tempo, a arte de dar um golpe, diz De Certeau, é o senso da ocasião (PEREIRA, 2006, p. 75).

Essa tradução do texto de Certeau por Pereira (2006) pode nos dar pistas de como a memória pode tornar-se uma arma tática de ação de enfrentamento e resistência.

Tal definição parece se aproximar do que Célia Xakriabá (2020) nos diz sobre “amansar o giz”, como perspectiva epistemológica para a produção de uma educação indígena territorializada. Ao pensar o barro, o jenipapo e o giz como três dimensões de temporalidade dos xakriabás, a autora nos apresenta o barro como memória nativa mais antiga (anterior à chegada da escola e dos processos colonizadores de captura da oralidade), enquanto o “jenipapo, por sua vez, se refere aos momentos rituais em que as nossas tradições se materializam em nossos corpos. [...] o fortalecimento de nossa identidade como um dos processos que configuram nossa forma de fazer educação indígena” (XAKRIABÁ, 2020, p. 104). “Amansar o giz” então seria a resignificação desse lugar atual do conhecimento a partir do saber indígena por meio do reconhecimento

⁵ Tomo aqui sujeito ordinário, em substituição ao termo “homem ordinário” trazido por Certeau, por entender que este contempla a ideia de construção de gênero.

das práticas tradicionais (de sua memória) e dos seus usos no tempo de agora (Xakriabá, 2020).

Também Bispo dos Santos (2023) nos dá exemplo da retomada da memória a partir da relação com o território, nos mostrando que o contato com aquilo que é rememorado não é apenas um mero saudosismo de um tempo passado, mas a potencialização de uma relação com um corpo-território que faz uso desta memória diante dos obstáculos.

Uma memória maravilhosa desse tempo, que ainda pulsa, é acordar ouvindo o canto da passarada [...]. Ouvíamos a sonoridade emitida pela mata, a partir do movimento do vento e das águas dos riachos, rios e das cachoeiras, dependendo de por onde passávamos. [...] os pássaros continuavam com as suas cantigas, comemorando a fartura que haviam encontrado ao colher os frutos das árvores. Eles também nos contavam sobre outras vidas que passavam por perto naquele momento, fosse por uma questão de segurança e proteção ou apenas anunciando que o ambiente estava sendo ampliado com mais presenças. Essas são memórias recorrentes, para as quais eu volto sempre que encontro um obstáculo na minha caminhada (BISPO DOS SANTOS, 2023, p.1).

Resgatar memórias e reafirmá-las passa também por uma dimensão comunicacional verbal em um processo que se traduz num avivamento dos corpos que carregam uma ancestralidade negada. Esse movimento convoca a uma nova gramática dos corpos historicamente colonizados, uma nova produção de palavras que escapam à língua do colonizador, subvertendo-a, emprenhando-a da língua esquecida, dessacralizando a gramática normativa que nomeia o mundo. Uma nova gramática que possa acolher e nomear memórias esquecidas, produzindo um novo corpo, uma nova forma de nomear a si e ao mundo. Por fim, a possibilidade de existir.

Não deixemos de atentar que essa possibilidade de articular essa dimensão comunicacional da memória não se dá de forma etérea, mas se articula com momentos históricos, políticos e ideológicos. Beatriz Sarlo (2007) pontua sobre os processos de transformações sobre os objetos da história e suas fontes. A autora sinaliza sobre como a história oral passa a compor a disciplina acadêmica, que lhe confere legitimidade, ao mesmo tempo que a história oral, sustentada quase que exclusivamente pela memória, assume uma circulação que vai para além da academia e percorre a esfera pública,

política e Estatal. Ela nos lembra do processo de construção das visões do passado, cujas modalidades de discurso instituem um tom dominante e um uso para estas (vide as capturas nacionalistas de construção de uma identidade nacional, ou propriamente seu uso como instrumento de acusação e reparação em processos pós-ditatoriais, como o da Argentina, ao qual a autora se refere em sua obra).

Entendemos, assim, que a história oficial tem sido produzida pelos diferentes equipamentos sociais no sentido de apagar os vestígios que as classes populares e os opositores vão deixando ao longo de suas experiências de resistência e luta em um esforço contínuo de exclusão dessas forças sociais como práticas que forjaram e estão forjando também outras histórias, nunca narradas oficialmente. Conseguem, com isso, produzir subjetividades que desconhecem, desfiguram ou distorcem os embates dos “vencidos” como se estes não estivessem presentes no cenário político. Além da tentativa de liquidar seus adversários na luta política, essa história oficial tenta, também principalmente, apagar a lembrança de suas propostas, de seus projetos (COIMBRA, 2008, p. 28).

Estar atento a esse processo e ao jogo de poderes, que envolvem a disputa pela memória, é imprescindível para pensar seus usos táticos. Nesse sentido, a produção de narrativas outras mostra-se como um caminho importante, uma vez que o jogo de força se dá somente na disputa histórica de memórias institucionalizadas, construídas e legitimadas pelas instituições políticas, que as usam como estratégias de poder sobre alvos específicos, como forma de violência pelo silenciamento. Coimbra (2008; 2001) nos convoca a pensar sobre a publicização justamente dessas histórias e memórias mantidas nas sombras do reconhecimento institucional, como forma de sair da marginalização e do lugar de uma vítima passiva. A autora aponta a dimensão coletiva e política que a publicidade da fala traz para a produção de novas narrativas que põem em xeque a história oficial, uma vez que impõe uma mudança de forças, por meio da afirmação de vidas até então ignoradas, deliberadamente esquecidas das grandes narrativas, infames, em um processo de afirmação ético-política.

Lembremos que o “retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente” (SARLO, 2007, p. 09). A lembrança é incontrolável, o momento em que se mostra é o presente, e ela exige rebeldia. É necessária rebeldia para produzir resistência frente ao processo de

silenciamento histórico, para a produção de uma inventividade subalterna de novos sujeitos desejantes, que articulam sua própria história politicamente. Sujeitos que não controlam a memória, mas a articulam com outros movimentos, que dançam com ela, que a multiplicam, que juntam seus fragmentos, que a coletivizam sem pretensão de unicidade. Uma memória que repara e muda o presente, sob efeito da luz jogada na história dos vencidos, que atravessa os corações e as memórias de pessoas que atuaram diretamente em processos de resistência e ruptura, mas que, ainda hoje, têm suas histórias jogadas na clandestinidade do esquecimento (Coimbra, 2001).

A ideia de memória aqui proposta é política, é prática, abre veredas e liga pessoas, aquece corações, provoca rebeldia, não é dada ao controle, mas fia a condução de outros movimentos que afirmam a vida. Há nela um antídoto para o apagamento da morte, que pode adiar o fim do mundo (Krenak, 2019). Queimaram Palmares, mas não apagaram sua memória (Bispo Dos Santos, 2015). Grupos e coletivos a reivindicam e fazem dela arma de resistência (Coimbra, 2001; Vasconcelos, 2008; Amorim, Severo & Romagnoli, 2015; Feitosa, 2019), nos diversos campos de disputa, dos movimentos políticos de resistência à ditadura, feministas, negros, indígenas, da saúde mental, de esquerda, LGBTQIAP+, de trabalhadores e tantos outros atravessados por uma construção colonial que tenta apagar seus rastros, suas histórias.

Aqui, a imanência da memória articula processos sociais e políticos de insubordinação. Um episódio que ilustra essa afirmação pode ser visto no seguinte relato sobre a ação política do coletivo PLURAL, na figura de uma de suas lideranças que é sobrevivente dos manicômios, durante protesto por fechamento de leitos de um hospital psiquiátrico na cidade de Natal:

Juntou PLURAL, ABRASME, TECENDO REDES [grupo da PNH]. Fizemos um ato, levamos carro de som e pessoas [para a frente da clínica]. Max fez uma fala e foi a fala mais contundente que eu já ouvi ele falando! Era de uma fúria e uma contundência que não vi em nenhum outro espaço. Foi um discurso histórico, direcionado àquelas pessoas [...]. Foi feita [mais tarde] uma comissão, que fechou os leitos [conveniados ao SUS] da Clínica Santa Maria (FEITOSA, 2019, p. 88).

Nessa proposta não se trata de metaforizar a memória ou de estabelecer a teoria como metáfora da realidade. O plano da imanência convoca a mobilidade dos corpos,

sua experiência e seus atravessamentos à produção de um possível porvir que se anuncia no horizonte. Não é só o passado que se manifesta no presente. As lutas e a insubordinação presentificam um futuro que se anuncia e pelo qual vale a pena lutar.

Conclusão

É pela via da subversão e da desobediência que os estudos decoloniais nos chegaram neste ensaio, como a própria produção de desvios e torções dentro do processo de pesquisa. Pelo encontro com autores desviantes e que questionam e tensionam as relações de poder na própria produção de conhecimento, vemos operar uma verdadeira produção coletiva desse saber, reconhecendo a força da insubordinação que produz resistência a uma matriz colonial de reprodução dentro da academia.

A partir dessas relações de poder que pensamos o trabalho com a memória, pela via de caminhos e autores que questionam a produção acadêmica universalizante e eurocentrada, por meio de cosmologias diversas. Nos deparamos, assim, com o encontro radical com a diferença, em um espaço de fronteira, que as afirma, que as deseja, sem que uma precise sobrepujar a outra, em um movimento de borragem, terreno movediço. Habitar esse território de fronteira é, por si só, subversivo, no sentido de que esse lugar possibilita o exercício de uma desobediência epistemológica.

Transitar nesse espaço fronteiro possibilita pensar a produção de memórias insubordinadas, transgressivas, subversivas, justamente pela dimensão de desobediência que nos permite nos posicionar dentro de uma relação de poder estabelecida. A produção de um saber político (e, de certa forma, não o são todos?) sobre a memória permite o exercício de contra colonização, que nos ensina Bispo dos Santos (2023), pela via da composição coletiva de forças, diferenças, táticas, formas de se produzir relato dessas memórias, criar verbos e palavras que avivam e encantam os corpos dos oprimidos. O contato com as críticas à colonialidade nos permite afirmar: memória é corpo, é luta.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AMORIM, Ana Karenina de Melo Arraes; SEVERO, Ana Kalliny de Sousa; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Cartografia de um grupo-pensamento em saúde mental: experimentações rizomáticas no que a vida pode mais. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, p. 657-678, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000200017>.
- BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos. O mistério da jarra do escritor alemão: provocações da montagem cinematográfica e literária à pesquisa nas Ciências Humanas. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**. Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-21, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-2660134063vs01>.
- BARROS, Regina Benevides. **Grupo: a Afirmação de um Simulacro**. Porto Alegre: Sulina/Ed UFRGS, 2007.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** (*Obras Escolhidas* vol.1, 8a ed.). São Paulo: Ed. Brasiliense, 2012.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.
- _____. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Reparação e memória. **Cadernos AEL**. Campinas, v. 13, n. 24/25, 2008. DOI: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2549>.
- _____. Tortura ontem e hoje: uma certa história. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 6, n. 2, p. 11-20, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722001000200003>.
- DAVID, Emiliano de Camargo; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves; SCHUCMAN, Lia

Vainer. Desnortear, aquilombar e o antimanicolonial: três ideias-força para radicalizar a Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 3, p. e04432023, 2024.

DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.04432023>.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5**, São Paulo: Editora 34, 1997.

FEITOSA, Carlos Eduardo Silva. **Cartas para o futuro: cartografias de memórias minoritárias como resistência na luta antimanicomial potiguar**. Orientadora: Dra. Ana Karenina de Melo Arraes Amorim. 2024. 209f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/63230>. Acesso em: 13 ago. 2025.

_____. **Memória e resistência de um coletivo de saúde mental**. 2019. 168f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/ae164a38-24bc-4bbe-9164-30a45350ad32>. Acesso em: 13 ago. 2025.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KIRST, Patrícia Gomes; GIACOMEL, Angélica Elisa; RIBEIRO, Carlos José Simões; COSTA, Luis Artur; ANDREOLI, Giovani Souza. Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis. In: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes. (Orgs.). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 201-204.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LOURAU, René. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, Sonia (Org.). **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 186-198.
- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "sobre o conceito de história"**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.) **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.
- MELKEN, Rolando Vázquez. Colonialidad y relacionalidad. In: BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (comps.). **Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo**. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014.
- MIGNOLO, Walter; VEIGA, Isabella Brussolo. Desobediência epistêmica, pensamento independente e liberdade decolonial. **Revista X**. Curitiba, v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5380/rvx.v16i1.78142>.
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772/645>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- MORAES, Ana Alcídia Araújo. Tarrafa de pescaria: o uso de carta na pesquisa. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 10, n. 19, p. 169-184, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832006000100012>.
- PEREIRA, Maria Teresa Lisboa Nobre. **Resistências femininas e ação policial: (re)pensando a função social das delegacias da mulher**. Tese (Doutorado em

Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. 2006.
Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/1525>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TREVIZANI, Tiago Marcelo; SILVA, Rosane Azevedo Neves. Cartas do hospício: Memória e esquecimento - rastros e insurgências. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 313-336, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2019.43022>.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). **Abordagens psicossociais, v. II: Reforma Psiquiátrica e saúde mental na ótica da cultura e das lutas populares**. São Paulo: Hucitec, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estruturalista**. São Paulo: Ubu Editora; n-1 edições, 2018.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. **Piseagrama**. Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, jul. 2020.
Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/amansar-o-giz/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

Carlos Eduardo Silva Feitosa

Psicólogo com experiência no atendimento em saúde mental, com ênfase na ressocialização de pessoas com longo internamento psiquiátrico. Especialista em intervenções clínicas na abordagem psicanalítica, pela FAFIRE. Mestre em Psicologia, pelo PPGPsi-UFRN. Doutor em Psicologia, pelo PPGPsi-UFRN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa - *Política, Produção de Subjetividade e Práticas de Resistência* (Gentileza/GPPR/UFRN). Membro apoiador da Associação Potiguar Plural de Luta Antimanicomial. Atuou em Centro de Atenção Psicossocial e Serviços Residenciais Terapêuticos em Recife/PE. Atuou como preceptor institucional no CAPS Espaço Vida, através de parceria PCR-UFPE e como psicólogo do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS África, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social da prefeitura do Natal/RN. Atualmente é professor temporário do curso de psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde - FACISA/UFRN.

E-mail: carlossfeitosa@gmail.com

práticas de resistência e dos usos de drogas junto a pessoas, grupidades e coletivos vulnerabilizados.

E-mail: akarraes@gmail.com

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim

Psicóloga, graduada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN. Coordenadora do Grupo de Estudos em Política, Produção de Subjetividade e Práticas de Resistência (Gentileza/GPPR/UFRN). Associada da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), da Associação Brasileira de Psicologia Social e da Associação Brasileira de Psicologia Política. Membro do Observatório de Saúde Mental do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (OBSAM/NESC/UFRN) e do Conselho Consultivo do Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio (CRDHMD/UFRN). Apoiadora da Associação Potiguar Plural de Luta Antimanicomial. Desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão nas áreas de saúde mental coletiva e direitos humanos, no diálogo da Filosofia da Diferença e Análise Institucional com outras teorias, com trabalhos na interface política, clínica e estética, nos campos da reforma psiquiátrica, da atenção psicossocial no SUS, das práticas de cuidado em saúde, das